

Em busca da “guerra boa” dos pracinhas

Historiadores advertem que a FEB deixou legado de cidadania

Há exatos 70 anos, no dia 13 de agosto de 1943, foi criada a Força Expedicionária Brasileira (FEB). As tropas saíram para o combate no dia 2 de julho de 1944. Pouco antes de o navio-transporte General Mann partir, com 5.075 soldados a bordo, Getúlio Vargas despediu-se dos “pracinhas”: “Soldados da Força Expedicionária. O chefe do governo veio trazer-vos uma palavra de despedida, em nome de toda a nação. O destino vos escolheu para essa missão histórica de fazer tremular nos campos de luta o pavilhão auriverde. É com emoção que aqui vos deixo os meus votos de pleno êxito. Não é um adeus, mas um ‘até breve’, quando ouvireis a palavra da pátria agradecida”.

No retorno, em 1945, a promessa não foi cumprida. “A gestão da desmobilização dos pracinhas foi politicamente conservadora a fim de evitar a participação dos expedicionários nos conflitos de poder do Estado Novo com um progressivo esquecimento social dos expedicionários. Os veteranos foram abandonados pelas autoridades civis e militares e a legislação de benefícios foi apenas praticamente ignorada e houve uma apropriação crescente dos benefícios destinados apenas aos combatentes por não expedicionários”, explica o historiador Francisco César Alves Ferraz, da Universidade Estadual de Londrina e pesquisador visitante da University of Tennessee. Ferraz trabalhou a reintegração social dos pra-

cinhas em *A guerra que não acabou* (Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2012) e, mais recentemente, nas pesquisas *A preparação da reintegração social dos combatentes estadunidenses da Segunda Guerra Mundial (1942-1946)* e *A reintegração social dos veteranos da Segunda Guerra Mundial: estudo comparativo dos ex-combatentes do Brasil e dos Estados Unidos (1945-1965)*.

Segundo o pesquisador, diferentemente dos ex-combatentes da Europa e da América do Norte, que fizeram de suas expressões públicas movimentos sociais organizados (o que tornou possível a conquista de benefícios e de reconhecimento social), os veteranos, também pelo seu pequeno número, tiveram pouco sucesso em chamar a atenção da sociedade e do aparelho estatal para seus problemas. Ferraz, que analisou a diferença da reintegração dos ex-combatentes americanos e brasileiros, lembra que, já em 1942, foram encomendados estudos, realizados por diversos órgãos do governo dos EUA, Forças Armadas, comissões do Congresso e iniciativa privada. “Um dos resultados mais expressivos foi o conjunto de leis chamado de G.I. Bill of Rights, que concedia estudo técnico e superior gratuito aos veteranos, transformava o governo federal em fiador de empréstimos bancários e concedia auxílio-desemprego e assistência médica gratuita para os que estiveram em serviço ativo em guerra por pelo menos 90 dias.



A FEB parte para a Itália e soldados se despedem de suas famílias, em foto de abril de 1944

Por isso o Departamento de Guerra americano enviou, em 6 de abril de 1945, correspondência ao general comandante das forças do Exército dos EUA no Atlântico Sul, sob as quais os brasileiros estavam subordinados, alertando para a inconveniência da desmobilização imediata da FEB quando do seu retorno ao Brasil. “Uma vez que é a única unidade do Exército brasileiro, inteiramente treinada pelos EUA, considera-se que tem grande valor como um núcleo para o treinamento de outros elementos do Exército brasileiro e como uma contribuição potencialmente valiosa do Brasil à defesa hemisférica”, observa o documento. O aviso já refletia os rumores, iniciados a partir de março de 1945, de que as autoridades militares brasileiras pretendiam desmobilizar sumariamente a FEB, o que aconteceu efetivamente.

“O Exército fez o possível para marginalizar e desconsiderar quem esteve na linha de frente. Havia enorme preconceito e inveja daqueles que estiveram com a FEB. Toda a experiência adquirida foi desprezada, contrariando o conselho dos EUA para que se vissem os expedicionários como

núcleo de um esforço de modernização e renovação do nosso Exército”, analisa o historiador Dennison de Oliveira, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que trabalha o tema, entre outros, na pesquisa atual *Reintegração social do ex-combatente no Brasil: o caso da Legião Paranaense do Expedicionário (1945-1980)*. “Na ânsia de se livrarem da FEB, tida como politicamente não confiável pelo Estado e pelos militares, os pracinhas foram rapidamente desmobilizados sem que tivessem se submetido a exames médicos, que mais tarde seriam fundamentais para que obtivessem pensões e auxílios no caso de doenças ou ferimentos adquiridos no *front*, lembra o professor. Havia temores políticos: a ameaça que representava para o Exército de Caxias esse novo tipo de força militar, mais profissional, liberal e democrático; o medo de que os oficiais febianos pudessem se tornar o fiel da balança político-eleitoral e fossem cooptados pelos comunistas; acima de tudo, temia-se que os expedicionários, entre os quais Vargas tinha grande popularidade, pudessem apoiá-lo e empolgar a população para soluções diferentes daquelas do pacto conserva-



Tomada de Monte Castelo pelo Regimento Sampaio, em imagem de fevereiro de 1945; ao lado, a luta que levou à vitória de Monte Castelo

dor das elites políticas para a sucessão do antigo líder do Estado Novo.

O Comando Brasileiro, no Aviso Reservado de 11 de junho, emitido pelo Ministério da Guerra e assinado pelo ministro Dutra, observava que: “Não obstante reconhecer o interesse do público, fica proibido, por motivo de interesse militar, aos oficiais e praças da FEB fazer declarações ou conceder entrevistas sem autorização do Ministério da Guerra”. Para Ferraz, a proibição de falar sobre o histórico das ações é um ato de censura, não de segurança. O objetivo parece ter sido “quebrar o impacto” da chegada da FEB, evitar as declarações que pudessem embaraçar a instituição militar ou envolvê-la nas questões políticas que fermentavam naquele momento.

Isso, segundo ele, fica mais evidente quando se compara com as instruções emitidas ao Grupo de Caça da FAB, enviadas pelo Comando Americano: “Quando você chegar à sua cidade natal, provavelmente a imprensa local desejará entrevistá-lo. Você terá liberdade de falar de suas atividades aos jornalistas, mas não deve especular sobre o futuro de nossas unidades. A guerra continua no Oriente Próximo. Estamos interessados, porém, que a sua história seja contada várias vezes, nos

EUA e no Brasil. Boa sorte no futuro”, assinado Charles Myers, brigadeiro do ar.

A FEB não era bem-vinda também por boa parte dos membros do Exército, os militares de carreira que conseguiram, de alguma forma, escapar da ida à guerra. “O envio de expedicionários, os cidadãos-soldados, era motivo de piada nos quartéis. Quando eles voltaram com prestígio popular, muitos sentiram que poderiam ‘ficar para trás’ em suas carreiras e se iniciou uma conspiração surda da maioria que temia ser ultrapassada em suas promoções e cargos”, observa Dennison Oliveira.

Ferraz, na comparação entre americanos e brasileiros, mostra como um dos pontos importantes na reintegração de veteranos dos dois países foi como lidar com o passado, que trazia justamente essas questões políticas associadas aos ex-combatentes. No caso nacional, a última guerra externa em que houve mobilização de jovens que não eram militares regulares foi a Guerra da Tríplice Aliança (1856-1870), cujo retorno à sociedade foi longe do satisfatório, com a maioria dos veteranos indo parar no Asilo de Inválidos da Pátria. “Uma consequência não planejada pelo Império

foi o crescimento da participação ativa de oficiais, inclusive de baixa patente, na política do país. O legado disso foi mais o receio das autoridades pelo protagonismo político dos combatentes do que o reconhecimento dos deveres da sociedade e do Estado com os veteranos de guerra, nota Ferraz. Nos EUA, as mobilizações da Guerra Civil e, em especial, na Primeira Guerra Mundial”, quando os veteranos tiveram suas questões potencializadas com a Depressão e explodiram distúrbios nas ruas americanas, ensinaram as autoridades como fazer a reintegração de seus jovens.

“Eles viram que o perfil dos combatentes recrutados influi diretamente na reintegração social: as chances de sucesso na reentrada da vida profissional e da cidadania aumentam com o maior grau de formação escolar e qualificações profissionais. E também quanto mais igualitário e socialmente distribuído for o recrutamento, melhores as condições de uma recepção positiva da sociedade”, explica Ferraz. No caso da FEB, lembra o pesquisador, todo um arsenal de “jeitinhos” foi utilizado para tirar da unidade filhos de classes mais abastadas. Mesmo assim, apesar da maioria pobre e de baixa escolaridade, a força brasileira exibiu uma amostragem melhor que a média do país.

“Sargentos, cabos e soldados eram majoritariamente de origem urbana, alfabetizados, e apresentavam robustez e resistência física, a ponto de a FEB precisar confeccionar uniformes maiores que os do fardamento normal do Exército”, observa o historiador Cesar Campiani Maximiano, pesquisador do Núcleo de Estudos de Política, História e Cultura da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), autor, entre outros, de *Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra* (Grua, 2010). “Do total de praças, 80,7% eram originários das regiões Sul e Sudeste do país. Os convocados oriundos do Nordeste, escolhidos por suas ótimas condições de saúde e grau de instrução, eram, na maioria, estudantes que serviram como cabos e sargentos, incorporados para suprir a deficiência de graduados experientes”, nota o autor.

Nos EUA, dos primeiros 3 milhões convocados, 47% estavam abaixo dos padrões; entre 1942 e 1943, dos 15 milhões de examinados, 32,4% foram rejeitados por causas físicas ou psiquiátricas e um terço considerado “inaptos para aproveitamento em qualquer grau”. Os americanos queriam apenas o melhor e adotaram critérios rigorosos para isso. A diferença mais gritante, porém, é que não houve distinção de classe no recrutamento para a guerra e um rigoroso controle no sistema de insenções, ao lado de campanha de mobilização da opinião pública, fez com que se recrutassem até o final da guerra mais de 16 milhões de soldados. “Praticamente cada ramo familiar ameri-

cano tinha um combatente entre os seus, o que ajudou na compreensão dos deveres da sociedade para com aqueles que lutaram”, avalia Ferraz.

No Brasil, apesar das festas, os expedicionários foram rapidamente desmobilizados. “A razão foi política: tanto as autoridades do Estado Novo em decadência quanto as forças políticas de oposição temiam o pronunciamento político dos expedicionários, no que poderia ser a repetição do envolvimento político dos militares no século anterior após a Guerra da Tríplice Aliança”, fala Ferraz. A pressa foi tão grande em acabar com a FEB que os pracinhas já saíram da Itália com seus certificados de baixa e quando chegaram ao Brasil já não estavam mais sob a autoridade do comandante da FEB, mas do comandante militar do então Distrito Federal, não exatamente simpatizante dos febianos.

“A partir de então estavam à própria sorte. Traumas psicológicos de todo o tipo e rotina da luta de sobrevivência no mercado de trabalho dificultaram o retorno dos milhares de brasileiros que estiveram nos campos de batalha. As primeiras leis de amparo só foram aprovadas em 1947”, afirma Dennison de Oliveira. A maioria

A pressa de desmobilizar os pracinhas foi tão grande que eles saíram da Itália com certificados de baixa nas mãos





Se nos EUA houve um esforço de receber os retornados como a boa geração, no Brasil isso não aconteceu

delas não foi sequer cumprida. Algumas, por sua vez, caíram mal entre os ex-combatentes, como o decreto-lei assinado por Vargas em julho de 1945 que concedia anistia aos militares da FEB, cujo efeito prático foi anistiar aqueles que desertaram no Brasil ao período anterior à campanha militar. Para Oliveira, o ápice foi a chamada Lei da Praia, assinada em 1949 por Dutra. “De acordo com ela, qualquer pessoa enviada à ‘zona de guerra’ tinha direito aos auxílios e pensões. A lei incluía vias navegáveis e cidades no litoral brasileiro que se encontravam nessa ‘zona de guerra’. Assim, seja o soldado que corria perigo e lutava no frio dos Apeninos, seja o bancário que fora transferido para uma cidade litorânea, todos recebiam o mesmo”, diz o historiador.

“Claro que nos EUA também houve dificuldades de reintegração, mas houve um esforço da sociedade em receber os milhões de retornados da guerra. Os seus combatentes seriam conhecidos como a ‘boa geração’, aquela que garantiu a vitória contra a barbárie. Para os veteranos brasileiros, esse reconhecimento não aconteceu”, observa Ferraz. Segundo o historiador, a busca por apoio institucional às necessidades dos veteranos levou-os à aproximação

com as Forças Armadas e, logo, com suas práticas políticas, inclusive o golpe de 1964. Transformados em símbolos e apoiadores do regime militar, viraram alvo dos críticos da ditadura do pós-64. “Ao invés de colocar em questão essa identidade entre Exército, governo militar e FEB, esses críticos preferiram investir contra a memória expedicionária, o que só reforçou os laços entre o Exército e os veteranos”, observa Ferraz.

Não se pode negar, é claro, que muitos pracinhas apoiaram o regime militar, até porque na primeira geração dos golpistas tinha alguns febianos, como o primeiro presidente do regime militar, Castello Branco, cuja ascensão ao poder deu a esperança aos veteranos de que seriam “vingados”. Mas as memórias desses combatentes revela outras histórias, como verificou o historiador e brasileiro israelense radicado nos EUA Uri Rosenheck, da Emory University, que pesquisou a FEB em *Fighting for home abroad: remembrance and oblivion of World War II in Brazil*. Entre os seus objetos de estudo estão as memórias dos ex-combatentes e os monumentos que celebram os expedicionários em “espaços cívicos” das cidades.

“No caso dos pracinhas, as memórias são apenas lembranças do passado, mas, por meio de um olhar analítico, elas se revelam como instrumentos de crítica política contemporânea. No caso brasileiro, ler as memórias de guerra é ver



2
Ao lado, à esq., desfile de pracinhas na Itália, em 1945; acima, as tropas da FEB são recebidas na avenida São João em 1945

como esses homens desafiavam a ditadura militar e condenavam a política armada”, explica Rosenheck, que passou em revista as 150 memórias escritas sobre a FEB. Segundo ele, apesar de publicamente defenderem as suas lideranças, os cidadãos-soldados criticam os militares.

“A maioria das observações tem a ver com a ineficiência do Exército brasileiro, comparado com o similar americano, e o contraste entre os oficiais regulares e reservistas. Critica-se a falta de logística, como eles sofriam no frio por falta de uniformes apropriados, como tiveram que pagar por suas passagens de trem enquanto esperavam para embarcar para o Rio e mesmo a carência de identificações, as *dog-tags*, que não eram dadas a eles”, conta o brasilianista. As críticas mais ácidas vão para os oficiais do Exército regular, ou seja, o Exército de Caxias em oposição aos voluntários combatentes da FEB. “Eles lembram como esses primeiros tinham percepções antiquadas sobre as relações entre pracinhas e oficiais, sobre a ética e a moral do corpo de oficiais e sobre o profissionalismo em combate real.” Alguns recordam que

foram roubados por seus superiores e que decisões eram arbitrárias e baseadas em que tipo de presente poderiam dar para seus oficiais.

O mesmo acontecia quando o assunto era racismo. “Em muitas memórias, os soldados se dizem horrorizados com o racismo dos militares americanos, mas em muitos casos nessas memórias se pegam ‘lapsos’ em que se percebe o racismo dos próprios pracinhas. Mas o importante é se perceber que eles preferem atribuir casos de preconceito a ‘ordens de superiores’. Assim, tudo fica como sendo ‘coisa de americano’ ou ‘dos superiores’, separando ‘os soldados’, ‘a FEB’ e por extensão ‘os brasileiros’ dos outros responsáveis por tais atos horríveis, seja pessoas domésticas ou estrangeiras.” Para Rosenheck, as acusações contra comandantes como racistas e incompetentes podem ser entendidas como um ataque implícito sobre as Forças Armadas e seu papel na sociedade. “A crítica não precisa ser explícita para ser efetiva. O fato de que veteranos da maior força de combate militar desde a Guerra do Paraguai critiquem o Exército dá a suas observações credibilidade e força. Tudo está centrado nos militares, não no governo político, na sociedade civil, o que só reforça essa leitura.”

Rosenheck também estudou os monumentos dedicados à FEB, com conclusões semelhantes. “Apesar de dizerem que os pracinhas foram esquecidos, há 192 monumentos dedicados à FEB, com 451 mortos, ou seja, quase três monumentos para cada sete mortos”, conta. São construções que não celebram mortos, mas celebram os vivos, os que voltaram, uma visão pouco militarista. As Forças Armadas estão quase ausentes nos textos que acompanham esses monumentos, com escritos que destacam a democracia, a liberdade, o civismo. Dos 192, 120 foram construídos entre 1945 e 1946, e 32 antes da instalação da ditadura militar. São poucos os que mostram soldados (a maioria é de obeliscos) e a representação visual deles não é de combate. “A narrativa não comunica a importância do Exército ou seu papel na construção da nação, mas os valores de uma sociedade civil”, diz o historiador. “Temos que reconhecer que as ligações da FEB com a história militar são importantes, mas há outras narrativas. É preciso criar ligações entre a história da FEB e outros aspectos da história e sociedade brasileira como um todo”, avisa. ■ Carlos Haag